



DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.073	41
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	7.831	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.243	41
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	158.515	39
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		158.554
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) ¹		625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,0 25 350
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, ar t. 20 da LRF) % 0,054804		34 2.778
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) % 0,052064		3 2 5.640
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art.59 da LRF) % 0,049324		308.500

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE. Emitido em 26/09/2013 às 11h e 16m.

¹ Valores referentes à Portaria STN n.º 528, de 16 de setembro de 2013.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des.^a SARA SILVA DE BRITO
Presidente do Tribunal

ANDRÉ LUÍS MARTINS BESERRA
Diretor-Geral

REGINALDO DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituto

CRISTINA MARIA ALCÂNTARA TANAJURA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 146, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, anexo a esta Portaria.

Des. MARIO MACHADO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS (a)	Últimos 12 meses INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO - PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5 9.495	1.350
Pessoal Ativo	4 5.126	1.195
Pessoal Inativo e Pensionista	14. 369	156
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17. 397	430
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.549	274
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.848	156
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4 2.098	920
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a+IIIb)		4 3.018

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,006878
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II, III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023 563	147.378
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,022 385	140.009
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,0212 07	132.640

FONTE: SIAFI E CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/set/2013 às 15h e 20m

Notas: 1ª) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2ª) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3ª) As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL
Gestor Financeiro

CRISTIANO FERREIRA CASTRO
Coordenador de Controle Interno
Substituto

ARTHUR CEZAR DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. MARIO MACHADO
Presidente do Tribunal